Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

MEIO AMBIENTE

Reforço nas ações antidesmatamento

Governo comemora queda na emissão de gases de efeito estufa e anuncia mais sistema nacional de monitoramento aberto para consulta pública. De 2022 a 2024, houve redução de 560 milhões de toneladas de monóxido de carbono no país

» CAETANO YAMAMOTO*

Fiscalização/Ibama



Ibama intensifica operações de fiscalização no país e resultados aparecem de forma imediata por ar, terra e água, incluindo áreas distantes

Apontado como prioridade pelo governo, o combate ao desmatamento e à extração ilegal de minérios começa a apresentar resultados relevantes. Além do reforço na infraestrutura dos órgãos federais de controle ambiental, o uso intensivo da tecnologia tem se mostrado um aliado poderoso. Esses avanços foram destacados por integrantes do governo brasileiro na semana passada, durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP31), realizada em Antália, na Turquia.

"(Temos) resultados concretos, como a redução de 560 milhões de toneladas de CO (monóxido de carbono), equivalente nas emissões líquidas entre 2022 e 2024, e instrumentos consistentes de planejamento", comemorou o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco durante a COP31.

Diante de uma plateia internacional, o ministro apresentou novas ferramentas para ampliar a defesa da sustentabilidade. "Damos agora um passo decisivo com o lançamento deste sistema de monitoramento aberto. A transparência é um princípio básico da democracia: ao expor publicamente nossos avanços e desafios, fortalecemos o controle social e garantimos eficácia na implementação das metas climáticas."

Essa avaliação é feita por meio do IndicaClima, primeiro sistema centralizado de monitoramento da política climática nacional. O secretário nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Aloísio Lopes Pereira de Melo, ressaltou que o IndicaClima representa um marco inédito na governança climática do Brasil.

"Pela primeira vez, o país dispõe de uma ferramenta centralizada capaz de monitorar uma política pública dessa envergadura e transversalidade. Ao dar visibilidade e rastreabilidade à execução do Plano Clima, o sistema fortalece a capacidade de gestão do Estado, garante prestação de contas à sociedade e assegura que nossos compromissos de redução de emissões e adaptação se traduzam em resultados concretos no território", destacou.

O Plano Clima organiza as diretrizes do país para enfrentar a mudança do clima em dois eixos principais: Adaptação, que reúne 810 ações e 312 metas, distribuídas em 16 planos setoriais e temáticos voltados a preparar o país, a população e a infraestrutura para os impactos climáticos; Mitigação, que contempla 237 ações em oito setores para reduzir as emissões de gases de efeito estufa – sendo 66 ações impactantes (com efeito direto na redução de emissões) e 171 estruturantes (que criam condições institucionais e econômicas para viabilizar as ações impactantes).

> **Ao expor publicamente nossos avanços e desafios, fortalecemos o controle social e garantimos eficácia na implementação das metas climáticas"**
>
> ***João Paulo Capobiano,*** *ministro do Meio Ambiente*

Alvos

Paralelamente, várias operações atuam em conjunto, como a a Controle Remoto, que faz o monitoramento e no embargo de áreas desmatadas ilegalmente, enquanto a Oito Segundos e a Espantalho fiscalizam áreas embargadas, com apreensão de gado, maquinário e produtos agrícolas. Outras iniciativas incluem ações de controle sobre frigoríficos, serrarias, atividades financeiras relacionadas a ilícitos ambientais e exploração ilegal de madeira.

A Operação Apoena, que concentra ações de fiscalização relacionadas aos incêndios florestais, com 7,5 mil propriedades rurais notificadas. O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Ibama contabilizou 408 incêndios florestais extintos no Amazonas. As ações contam com 447 profissionais, entre equipes do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Força Aérea Brasileira (FAB), da Força Nacional e de outras instituições de apoio.

Os meios aéreos informados somam 16 aeronaves do Ibama, da FAB, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Defesa Civil.

Nos últimos meses, foram deflagradas operações que desbarataram grandes redes clandestinas, como a Hidra Dourada, no Rio Madeira, em setembro. Houve 18 ações levaram à lavratura de dois autos de infração, de 17 termos de apreensão e de 18 termos de destruição. Como resultado da operação, foram destruídas 22 dragas utilizadas na extração ilegal de ouro e de 5 embarcações empregadas no suporte logístico da atividade criminosa. Também foram apreendidos uma arma de fogo calibre 9 mm, munições e três aparelhos celulares — em análise investigativa.

A Operação Xapiri Mebêngôkré, em áreas remotas na bacia hidrográfica do Xingu, durante o mês de junho. A ofensiva gerou prejuízo estimado em R$ 33 milhões para organizações criminosas. Foram inutilizadas 45 escavadeiras hidráulicas, tratores, caminhões, caminhonetes, motocicletas, quadriciclos, grande volume de combustível, aparelhos de internet por satélite, geradores, armas, munições e estruturas de acampamento e a destruição de 81 motores e de uma balsa interrompeu o ciclo de extração do ouro.

Sucesso nas redes

Ações de combate à extração ilegal de minérios e a garimpo, registradas em imagens de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Sustentáveis (Ibama), viralizaram nas redes sociais. Os fiscais aparecem destruindo equipamentos e desbaratando as redes de contrabando. No começo de novembro, só a busca pela expressão "Operação Ibama" aumentou mais de 5000% em comparação ao mês passado em número de vezes de procura. O dado é disponibilizado pela ferramenta Google Trends.

Nas Terras Indígenas, as equipes do Ibama atuam fazendo operações, muitas vezes em parceria com a Polícia Federal, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e outras instituições. Em outubro, ações de fiscalização contra o garimpo ilegal em diferentes regiões de Roraima interromperam atividades de extração mineral clandestina, desarticularam estruturas logísticas e reduziram a pressão sobre terras ocupadas por distintas etnias e unidades de conservação federais.

Na ação, foram inutilizadas duas aeronaves, 20 balsas e embarcações de apoio e duas dragas. Compressores, motosserras, geradores de energia, motobombas, equipamentos de comunicação via satélite, painéis solares e motores diversos foram destruídos e, 700 gramas de mercúrio apreendidos.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Números registram avanços

O levantamento mais recente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) mostra que o Brasil avança no esforço para alcançar a meta de desmatamento zero até 2030. O desmatamento caiu 71% na Amazônia e 48% no Cerrado, entre 2022 e 2026. Já no intervalo de 2022 a 2025, o desmatamento teve queda de 63% no Pantanal, 61% na Mata Atlântica, 59,6% no Pampa e 12,9% na Caatinga.

Só, na amazônia, a área desmatada caiu 45%, passando de 5.796 km², em 2025, para 3.335 km² em 2026.No Cerrado, a diminuição foi de diminuição de 23,8%, reduzindo de 7.235,27 km² para 5.516,69 km² no mesmo período.

Os serviços de monitoramento aliados às ações de fiscalização, ao longo de 2023 a 2026, são indicadores essaenciais, segundo especialistas.

Flagrantes

Na Amazônia, por exemplo, foram registrados 16.508 autos de infração, aplicados R$ 9,6 bilhões em multas, feitos 12.449 embargos e apreendidos bens avaliados em R$ 1,85 bilhão. Paralelamente, contabilizadas 33.142 ações de fiscalização e ajuizadas 200 ações civis públicas.

No Cerrado, as ações de fiscalização resultaram em 3.092 autos de infração relacionados à flora, R$ 1,18 bilhão em multas, 1.935 embargos e 1.749 apreensões. O balanço também registra 9.684 ações de fiscalização e 80 ações civis públicas.

Na semana passada, especialistas, gestores públicos, pesquisadores e agentes de fiscalização se reuniram para definir estratégias de prevenção e combate ao desmatamento nos biomas brasileiros. Ao longo de três dias, servidores de órgãos federais e estaduais de meio ambiente, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais da área ambiental se engajaram em diálogos técnicos, em trocas de experiência e na construção de soluções inovadoras para o enfrentamento da destruição de vegetação nativa nos biomas do país de forma integrada e baseada em evidências. (**CY**)

QUEIMADAS

Amazonas sofre com poluição do ar

» RAFAELA BOMFIM

AFP



Manaus e região estão em alerta por causa dos péssimos índices

A fumaça provocada pelos incêndios florestais na Amazônia continua afetando a qualidade do ar em Manaus e pelo menos 15 cidades do interior do Amazonas. Nos últimos dias, quatro municípios atingiram níveis péssimos de poluição — superando 15 vezes o limite considerado razoável —, enquanto a capital permanece em alerta. A situação preocupa principalmente crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios, grupos mais vulneráveis aos efeitos da exposição prolongada à fumaça.

Em Barreirinha, Itapiranga, Parintins e São Sebastião do Uatumã, a concentração de partículas finas (MP2,5) ultrapassou 125 microgramas por metro cúbico, segundo o Centro de Monitoramento e Alertas da Defesa Civil estadual. Essas partículas são pequenas o suficiente para penetrar no sistema respiratório. Dos 62 municípios do Amazonas, 15 estão em nível alto, correspondente à qualidade ruim ou muito ruim do ar. Outras 21 localidades apresentam nível moderado.

Em Manaus, a fumaça pode ser vista nas ruas e também é percebida dentro das residências. O motorista de aplicativo Paulo Henrique Castro, 32 anos, conta que a situação afeta diretamente sua família. Com a mãe idosa e a mulher grávida de oito meses, ele procura seguir as recomendações das autoridades para diminuir o contato com os poluentes.

"Até dentro de casa a gente consegue sentir a forte fumaça. Eu trabalho na rua, mas sempre de vidro fechado, me hidratando bastante e usando máscara às vezes. A gente tenta tomar todos os cuidados", relata nas redes sociais.

Parte da poluição que atinge o Amazonas tem origem no Pará, que concentrava 450 focos de incêndio, o maior número entre os estados brasileiros, segundo levantamento divulgado pela plataforma BD Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A circulação da fumaça entre os estados amplia os efeitos dos incêndios e contribui para a piora da qualidade do ar em diferentes municípios da região.

Força-tarefa

O governo federal enviou uma força-tarefa ao Amazonas, que inclui aeronaves, brigadistas florestais e equipes de apoio logístico para transportar profissionais, equipamentos, insumos e pacientes. Entre os recursos estão dois aviões KC-390 da Força Aérea Brasileira (FAB), utilizados no apoio às operações. As ações buscam ampliar a capacidade de resposta aos incêndios e atender às necessidades da população atingida pelos efeitos da fumaça.

Participam dessa ação conjunta agentes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério de Minas e Energia, a Defesa Civil Nacional, da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) e das Forças Armadas. Autoridades locais ampliam as orientações de precaução e cuidados.

A governadora do Pará, Hana Ghassan Tuma (MDB), decretou situação de emergência ambiental e climática por 120 dias. A medida foi adotada diante da estiagem severa e do aumento do risco de incêndios florestais associados aos efeitos do El Niño.